



ORÇAMENTO CIDADÃO

3ª Edição, Dezembro 2013

VISÃO: Assegurar a participação do Cidadão em todas as fases do processo orçamental – elaboração, execução e controlo.

MISSÃO: Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado.

Caro Cidadão

No prosseguimento do compromisso da transparência orçamental e do envolvimento de todas as esferas da sociedade civil no debate em torno do Orçamento do Estado, o Ministério das Finanças publica a 3ª edição do Orçamento Cidadão, o qual contempla toda a informação relativa aos aspectos de maior relevo do Orçamento do Estado para o exercício económico de 2014.

Agradecemos as contribuições que nos foram remetidas e ressaltamos que continuamos abertos para o melhoramento do seu conteúdo.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014

O Orçamento do Estado para 2014 materializa a política financeira do Governo, em conformidade com os objectivos do Plano Económico e Social (PES 2014), cujo objectivo é o combate à pobreza, a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo e de base alargada, visando elevar o padrão de vida da população.

O Orçamento do Estado para 2014, foi elaborado tendo em conta as prioridades de afectação de recursos definidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2014-2016, o qual prevê a manutenção da estabilidade no nível geral de preços, melhorias no poder de compra e na distribuição da renda, um aumento dos níveis de colecta de receitas como resultado dos esforços desenvolvidos pela administração fiscal no alargamento da base tributária, de tributação das mais-valias provenientes de transacções de participações de empresas que operam no sector mineiro e petrolífero, a massificação das campanhas de educação fiscal e de simplificação dos procedimentos fiscais que visam a criação de incentivos que estimulem o aumento da produção e produtividade.

Na afectação de recursos priorizam-se as áreas da educação, saúde, agricultura, infra-estruturas, boa governação e acção social, bem como a melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade no prosseguimento de esforços conducentes à redução da pobreza.

Priorizam-se igualmente acções de combate inseridas no Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARP), as eleições gerais, a implementação da política salarial, a implantação de novas Autarquias e Distritos, o pagamento dos reembolsos do IVA e a amortização da dívida pública.

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Prevê-se para 2014, um contributo diversificado dos vários sectores de actividade pois espera-se que o desempenho da economia alcance 8,0%, derivado da evolução contínua dos sectores da agricultura, transportes e comunicações, indústria mineira, crescimento do sector da indústria extractiva, de construção, assente nos investimentos na área de estradas.